

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS 2018



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte.



Conselho Nacional de Justiça

Presidente	Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça	Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins
Conselheiros	Ministro Aloysio Corrêa da Veiga Maria Iracema Martins do Vale Márcio Schiefler Fontes Daldice Maria Santana de Almeida Fernando César Baptista de Mattos Valtércio Ronaldo de Oliveira Francisco Luciano de Azevedo Frota Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior André Luiz Guimarães Godinho Valdetário Andrade Monteiro Maria Tereza Uille Gomes Henrique de Almeida Ávila
Secretário-Geral	Júlio Ferreira de Andrade
Diretora-Geral	Julhiana Miranda Melloh Almeida

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva	Maria Tereza Aina Sadek
Diretora de Projetos	Fabiana Luci de Oliveira
Diretora Técnica	Gabriela de Azevedo Soares
Pesquisadores	Igor Stemler Danielly Queirós Lucas Delgado Rondon de Andrade
Estatísticos	Filipe Pereira Davi Borges Jaqueline Barbão
Apoio à Pesquisa	Alexander da Costa Monteiro Pâmela Tieme Aoyama Pedro Amorim Ricardo Marques Thatiane Rosa
Terceirizados	Bruna Leite Lucineide Franca
Estagiária	Doralice Pereira de Assis
Diagramação/Capa	Ricardo Marques

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PERFIL DEMOGRÁFICO	8
3. PERFIL SOCIAL DOS MAGISTRADOS	15
4. PERFIL DE FORMAÇÃO DOS MAGISTRADOS	21
5. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	26

1. Introdução

O relatório Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros busca identificar quem são os magistrados brasileiros em termos de suas características demográficas, sociais e profissionais.

Os dados foram obtidos via questionário, disponibilizado de forma eletrônica no sítio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os magistrados responderam ao questionário entre os dias 9 de abril e 30 de maio de 2018.

A divulgação da pesquisa foi feita tanto no site do CNJ, quanto por ofício encaminhado pela Secretaria-Geral do CNJ às presidências de cada um dos noventa tribunais brasileiros, informando sobre sua realização, e solicitando colaboração na divulgação do levantamento. Além disso, o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ enviou e-mails a cada magistrado, com o link do questionário para registro das informações.

A pesquisa foi apresentada aos magistrados com o seguinte texto:

** Esta pesquisa tem por objetivo conhecer o perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros. Para acessar o questionário, informe o seu CPF no link www.cnj.jus.br/pesquisa-magistrados-2018. Caso seu CPF não esteja cadastrado, por favor, encaminhe um e-mail para dpj@cnj.jus.br. Seu CPF serve apenas para acessar o sistema. Asseguramos que as informações que prestar são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo pelo Conselho Nacional de Justiça. Não haverá qualquer divulgação de dados individuais, sendo publicados apenas dados estatísticos agregados. São 28 perguntas e o tempo estimado de preenchimento é de 5 minutos. Sua contribuição é muito importante para o sucesso da pesquisa.*

O levantamento contou com a participação de 11.348 de um total de 18.168 magistrados ativos, um índice de resposta de 62,5%. A pesquisa de perfil realizada anteriormente - o Censo 2013 - teve a participação de 10.796 dos 16.812 magistrados então em atividade, um percentual de 64,2% de resposta. A diferença entre os levantamentos é que o atual se refere apenas a informações objetivas de perfil demográfico, social e funcional dos magistrados, enquanto o Censo 2013 incluía informações subjetivas, de opinião de magistrados e, também, de servidores do Poder Judiciário.

A Figura 1 apresenta o índice de participação dos magistrados, considerando a proporção de respondentes em relação ao total de magistrados em atividade em cada Unidade da Federação. Os estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, assim como o Distrito Federal, apresentaram as menores taxas de resposta. Os estados de Tocantins, Rio Grande do Norte, Acre, Maranhão e Goiás apresentaram os maiores índices de participação, proporcionalmente ao quantitativo de magistrados em atividade.

A Justiça Estadual teve o maior índice de adesão à pesquisa, com 64,7% dos magistrados ativos. Na sequência, a Justiça do Trabalho, com 56,9%; e a Justiça Federal, com 51,9%. Na categoria "Outros" estão agrupados os segmentos que tiveram adesão inferior a 51%: Tribunais Superiores e Tribunais Militares; incluindo, também, os magistrados atuando em Conselhos e aqueles em atuação na Justiça Eleitoral - num total de 225 magistrados (Tabela 1).

A Tabela 2 detalha o índice de resposta de cada tribunal nos segmentos da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

Figura 1: Mapa com o percentual de respondentes, segundo a UF de lotação

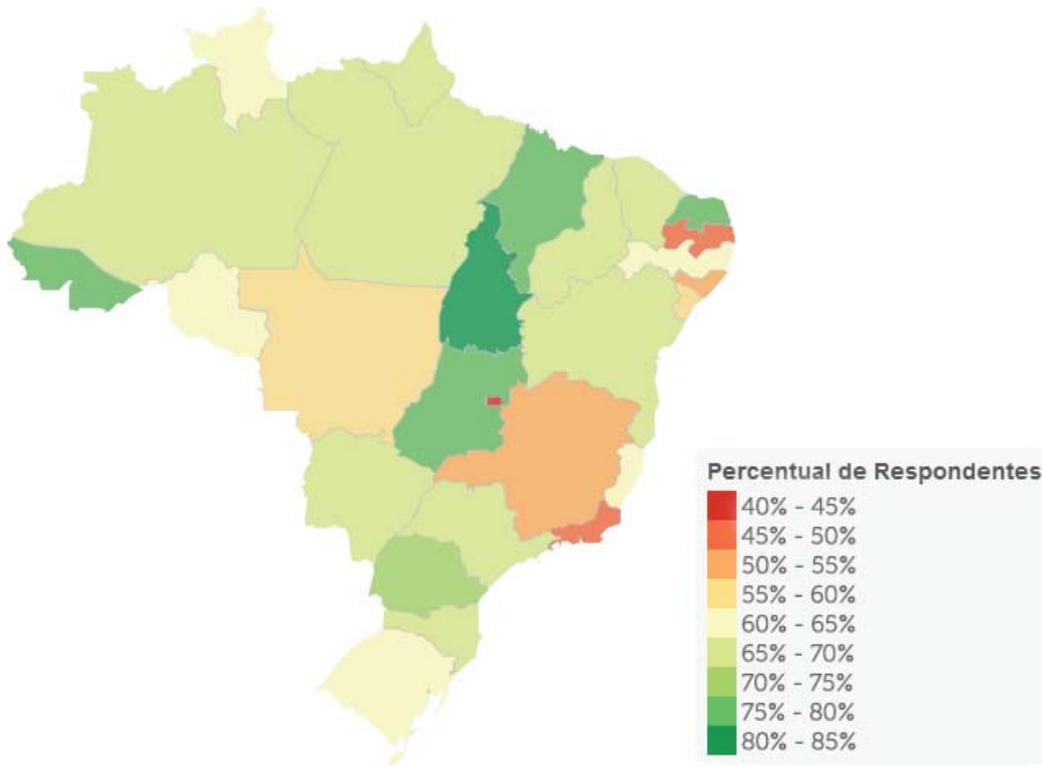


Tabela 1: Percentual de participação por segmento de justiça

Justiça	Quantidade	Percentual	Total
Justiça Estadual	8.036	64,7%	12.417
Justiça do Trabalho	2.081	56,9%	3.658
Justiça Federal	1.006	51,9%	1.939
Outros	225	-	-
Total	11.348	62,5%	18.168

Fonte: DPJ/CNJ 2018

Tabela 2: Percentual de participação por tribunal

Justiça	Tribunal	Quantidade	Percentual	Total
Justiça do Trabalho	TRT18	104	97,2%	107
Justiça do Trabalho	TRT14	53	85,5%	62
Justiça do Trabalho	TRT16	47	82,5%	57
Justiça Estadual	TJRN	203	82,2%	247
Justiça Estadual	TJTO	104	80,6%	129
Justiça do Trabalho	TRT17	52	78,8%	66
Justiça do Trabalho	TRT11	47	77,0%	61
Justiça Estadual	TJMS	163	75,8%	215
Justiça Estadual	TJMA	248	75,6%	328

Tabela 2: Percentual de participação por tribunal (continuação)

Justiça	Tribunal	Quantidade	Percentual	Total
Justiça Estadual	TJBA	439	75,0%	585
Justiça Estadual	TJPR	669	74,2%	902
Justiça Estadual	TJAC	52	73,2%	71
Justiça Estadual	TJPI	131	73,2%	179
Justiça Estadual	TJAP	57	73,1%	78
Justiça Estadual	TJPA	249	72,4%	344
Justiça Estadual	TJSP	1.896	71,5%	2.651
Justiça Estadual	TJGO	297	70,9%	419
Justiça do Trabalho	TRT20	25	69,4%	36
Justiça Estadual	TJCE	304	68,3%	445
Justiça do Trabalho	TRT9	142	67,0%	212
Justiça Estadual	TJSC	324	65,7%	493
Justiça Estadual	TJAM	135	65,2%	207
Justiça do Trabalho	TRT7	54	65,1%	83
Justiça Estadual	TJRR	34	64,2%	53
Justiça do Trabalho	TRT6	99	63,9%	155
Justiça Estadual	TJRO	111	63,1%	176
Justiça Estadual	TJES	216	63,0%	343
Justiça Estadual	TJRS	504	62,0%	813
Justiça do Trabalho	TRT13	42	60,0%	70
Justiça Estadual	TJMT	173	59,7%	290
Justiça do Trabalho	TRT15	248	59,6%	416
Justiça do Trabalho	TRT23	48	59,3%	81
Justiça do Trabalho	TRT12	76	58,5%	130
Justiça do Trabalho	TRT21	32	58,2%	55
Justiça do Trabalho	TRT3	186	57,9%	321
Justiça Estadual	TJSE	88	57,9%	152
Justiça Estadual	TJPE	309	57,2%	540
Justiça Federal	TRF3	232	56,9%	408
Justiça Federal	TRF4	237	55,1%	430
Justiça Federal	TRF1	319	55,0%	580
Justiça do Trabalho	TRT22	20	54,1%	37
Justiça do Trabalho	TRT8	62	53,4%	116
Justiça do Trabalho	TRT4	156	53,4%	292
Justiça Estadual	TJAL	79	52,7%	150
Justiça do Trabalho	TRT19	27	51,9%	52
Justiça Estadual	TJRJ	459	50,9%	901
Justiça Federal	TRF5	108	49,8%	217
Justiça Estadual	TJDFT	185	47,6%	389
Justiça do Trabalho	TRT2	255	47,4%	538
Justiça Estadual	TJMG	487	46,8%	1.040
Justiça do Trabalho	TRT1	144	43,6%	330
Justiça do Trabalho	TRT5	93	43,5%	214
Justiça Estadual	TJPB	120	43,3%	277
Justiça do Trabalho	TRT10	43	41,7%	103
Justiça do Trabalho	TRT24	26	40,6%	64
Justiça Federal	TRF2	110	36,2%	304

Fonte: DPJ/CNJ 2018

2. Perfil demográfico

Este tópico apresenta o perfil dos magistrados brasileiros de acordo com suas principais características demográficas: sexo; idade; local de nascimento; estado civil e quantidade de filhos. Traz, também, o perfil étnico-racial dos magistrados, em termos de cor ou raça declarada.

As mulheres representam 38% da magistratura. O segmento de Justiça do Trabalho é o que conta com a maior proporção de mulheres: 47%. A Justiça Estadual vem na sequência, com 36% de mulheres, e a Justiça Federal com 32% de mulheres.

A distribuição de gênero de acordo com o período de ingresso na carreira mostra que entre os magistrados ativos que ingressaram até 1990, a proporção de mulheres é de apenas um quarto. Para os que ingressaram de 1991 a 2000, a proporção de mulheres atinge 40%. As mulheres representam 41% dos ingressantes entre 2001 e 2010; e 37% dos que entraram na carreira a partir de 2011 (Figura 2). A Figura 3 traz a proporção de mulheres de acordo com o período de ingresso na magistratura, por segmento de justiça, indicando queda na representatividade de mulheres entre os ingressantes a partir de 2011 em todos os segmentos.

As mulheres representam 44% dos juízes substitutos; 39% dos juízes titulares e 23% dos desembargadores (Figura 4).

A idade média do magistrado brasileiro é 47 anos, com mediana de 46 anos. Ou seja, metade dos magistrados tem até 46 anos e metade está acima desse patamar. Os magistrados mais jovens têm 27 anos e os 25% mais velhos têm 54 anos ou mais. O desvio padrão da idade é de 9,9 anos. Considerando a faixa etária por segmento de justiça (Figura 5), os magistrados mais jovens estão na Justiça Federal, com 13% no intervalo até 34 anos, 49% entre 35 e 45 anos e apenas 9% com 56 anos ou mais.

Pouco mais de um quarto dos magistrados nasceu no Estado de São Paulo (Figura 6). Minas Gerais vem em segundo lugar, com 9%; Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná aparecem na sequência, com 8%. Na categoria "Outros" estão agrupados os magistrados nascidos nas demais unidades da Federação (com menos de 2% de incidência), incluindo os nascidos fora do Brasil. A maioria dos magistrados (59%) atua na mesma unidade da federação em que nasceu.

A maior parte dos magistrados (80%) é casada ou possui união estável. Entre os homens, o percentual de casados é de 86%, e entre as mulheres, 72%. Os solteiros representam 10%; os divorciados, 9%; e os viúvos 1%. A maioria tem filhos (78%), sendo 74% das mulheres e 81% dos homens (Figura 7).

No que se refere ao perfil étnico-racial, a maioria se declara branca (80,3%), 18,1% negros (16,5% pardos e 1,6% pretos), e 1,6% de origem asiática (amarelo). Apenas 11 magistrados se declararam indígenas. Entre os magistrados que ingressaram até 1990, 84% se declararam brancos. Entre os que ingressaram no período de 1991-2000, 82% se classificaram como brancos, reduzindo para 81% entre os que ingressaram entre 2001-2010, e ficando em 76% entre os que entraram na carreira a partir de 2011.

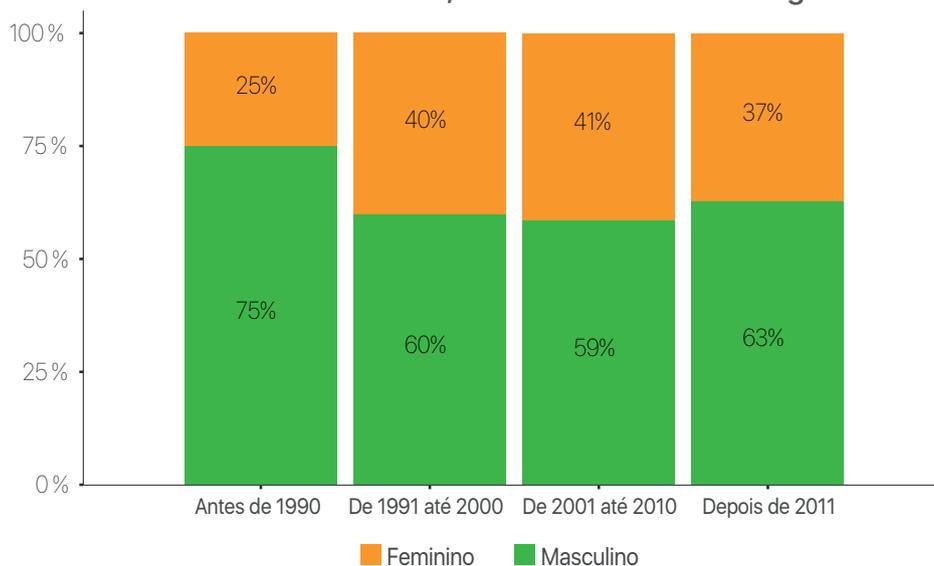
A Figura 8 mostra a distribuição dos magistrados de acordo com o sexo e a faixa etária. Há uma maior proporção de homens na faixa etária acima de 65 anos: 23% dos homens e 15% das mulheres. Já a faixa etária de 35 a 45 anos concentra mais mulheres: 45% das mulheres estão nessa faixa etária em comparação a 36% dos homens.

A Figura 9 traz o perfil relativo a cor ou raça dos magistrados, de acordo com o sexo e segmento de justiça. A Figura 10 mostra a distribuição dos magistrados por sexo, segundo a cor ou raça e ano de

ingresso na carreira. Nota-se que a diversidade étnico-racial é um pouco maior na Justiça do Trabalho em comparação às Justiças Estadual e Federal; e também é maior entre os homens em comparação às mulheres. A Figura 11 apresenta o perfil étnico-racial dos magistrados de acordo com a unidade da federação em que atua. Os estados do Piauí, de Sergipe, da Bahia, do Maranhão e do Acre têm pelo menos 40% de magistrados que se declararam como pardos ou pretos. Rondônia é o estado com a maior proporção de magistrados orientais, 4%; seguido dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com 3% de magistrados orientais. Em Roraima, 3% dos magistrados se declararam indígenas.

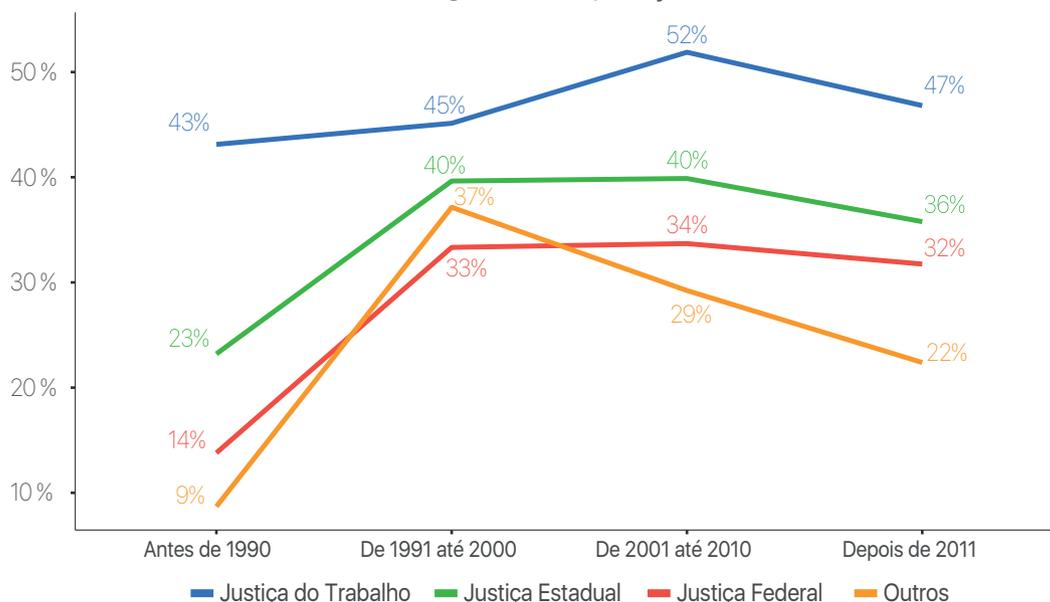
A Figura 12 indica a quantidade de filhos por sexo e por ramo de justiça, revelando uma maior proporção de mulheres sem filho em comparação aos homens.

Figura 2: Percentual de homens e mulheres, de acordo com ano de ingresso na magistratura



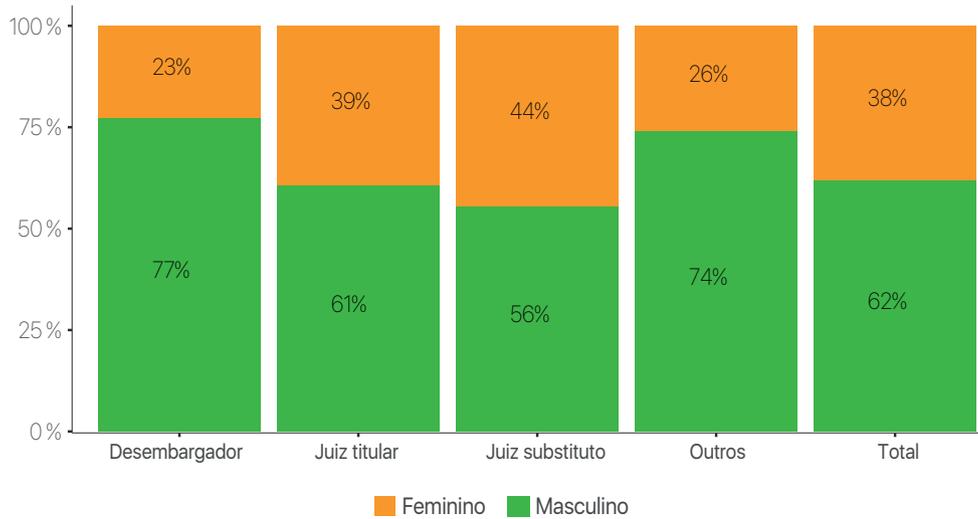
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 3: Percentual de mulheres na magistratura, de acordo com período de ingresso na carreira e segmento de justiça



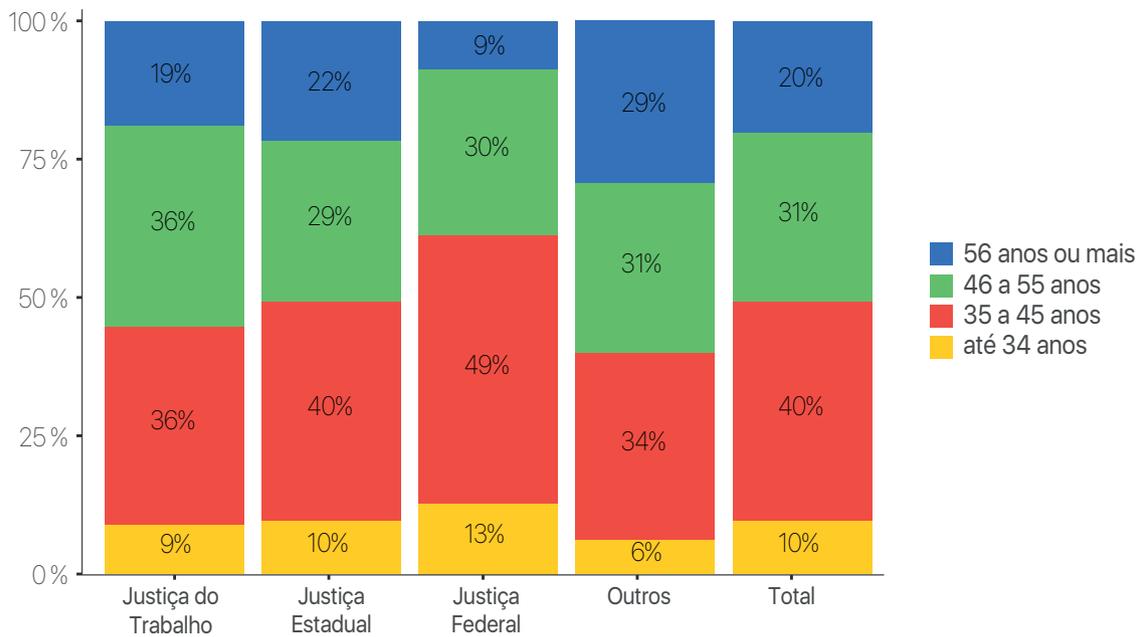
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 4: Sexo de acordo com posição na carreira, em percentual



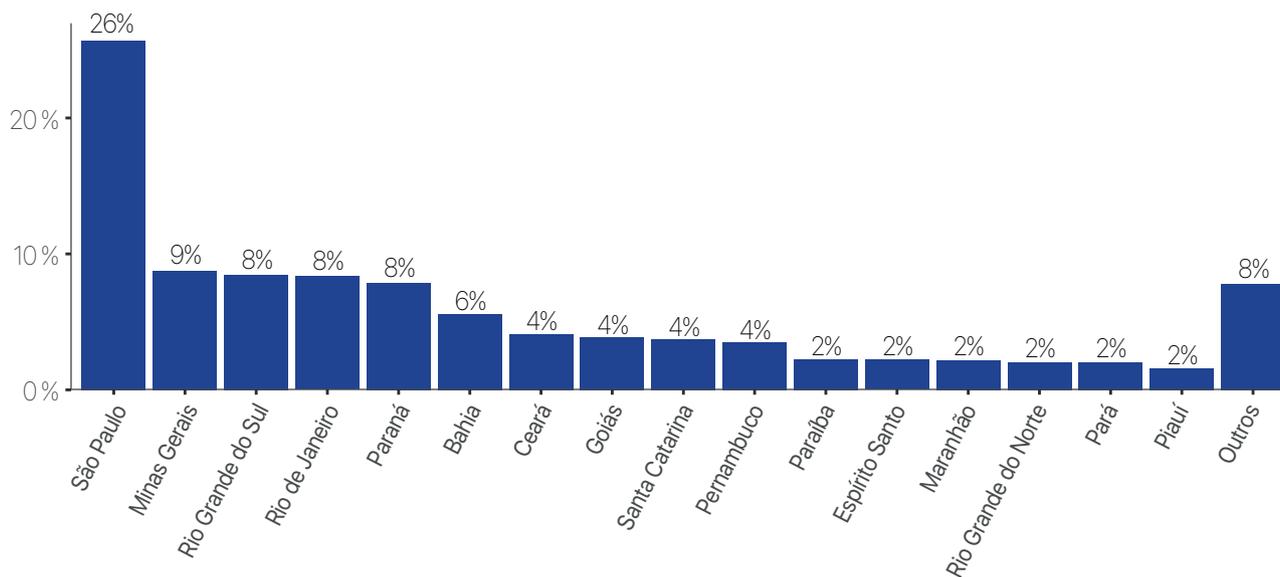
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 5: Faixa etária dos magistrados, por ramo de justiça, em percentual



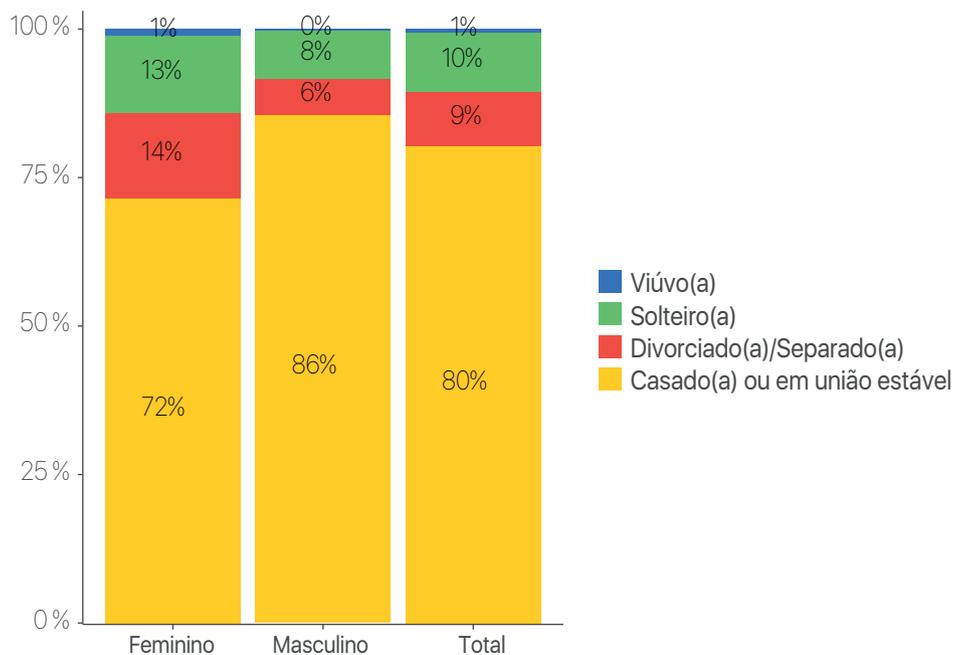
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 6: Distribuição dos magistrados de acordo com a UF de nascimento, em percentual



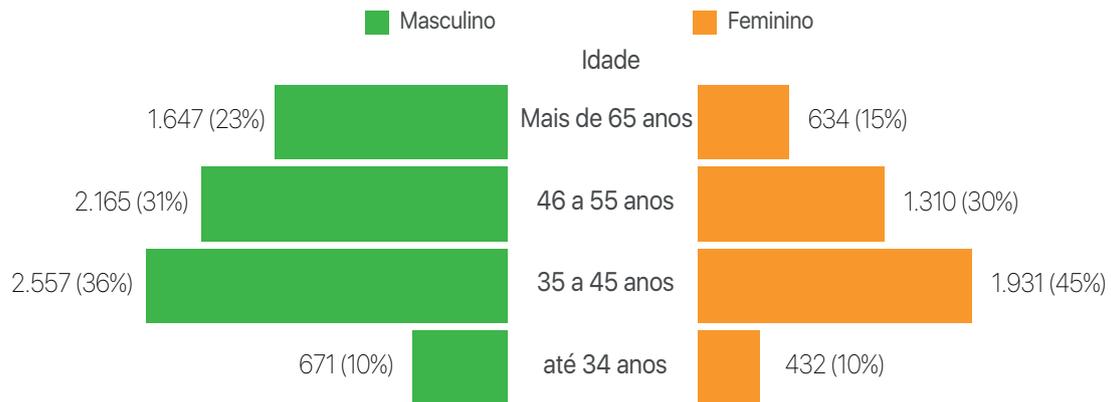
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 7: Estado civil de acordo com sexo, em percentual



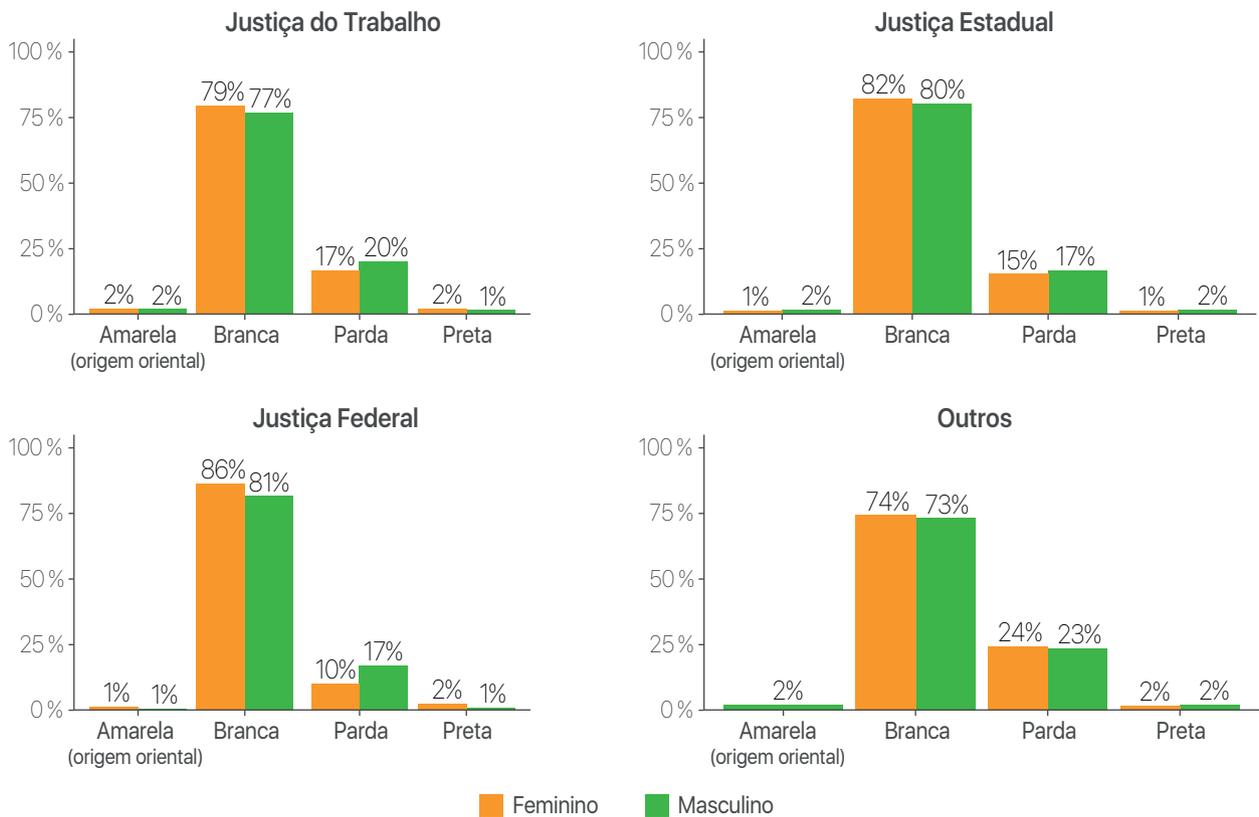
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 8: Distribuição dos Magistrados, segundo sexo e faixa etária, em percentual



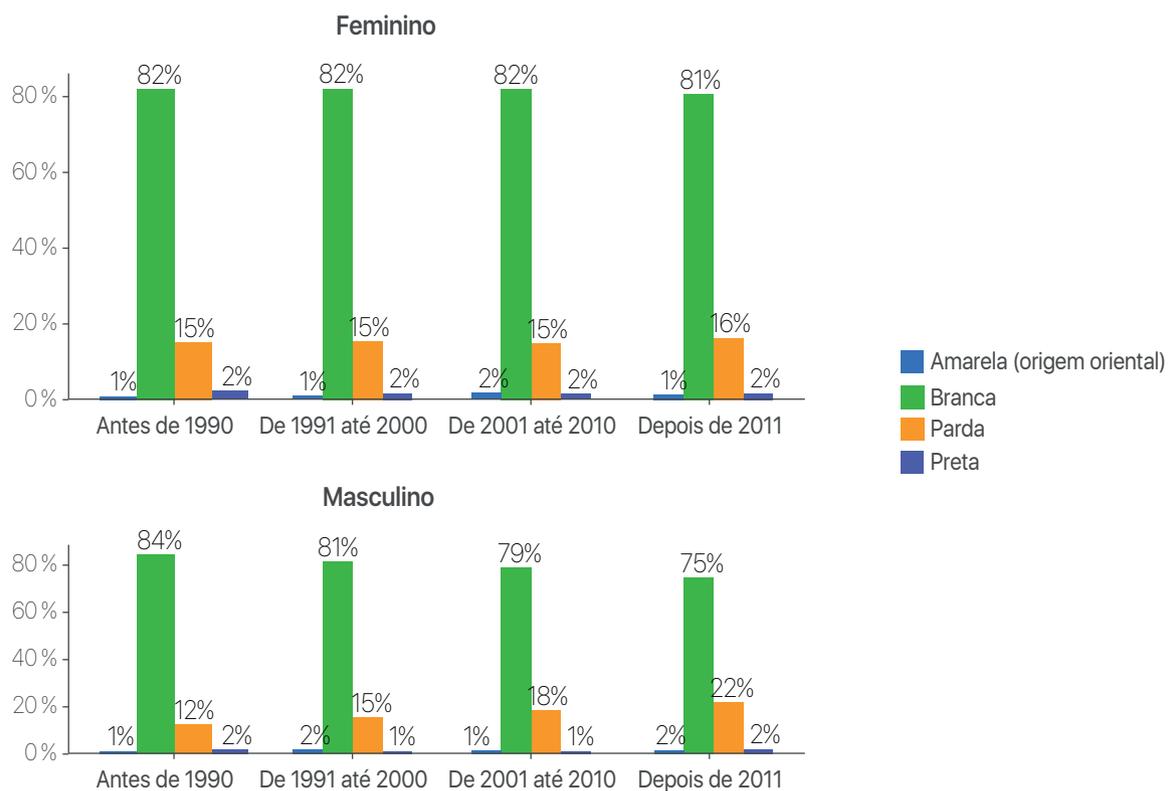
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 9: Distribuição dos magistrados por cor ou raça, de acordo com sexo e segmento de justiça, em percentual



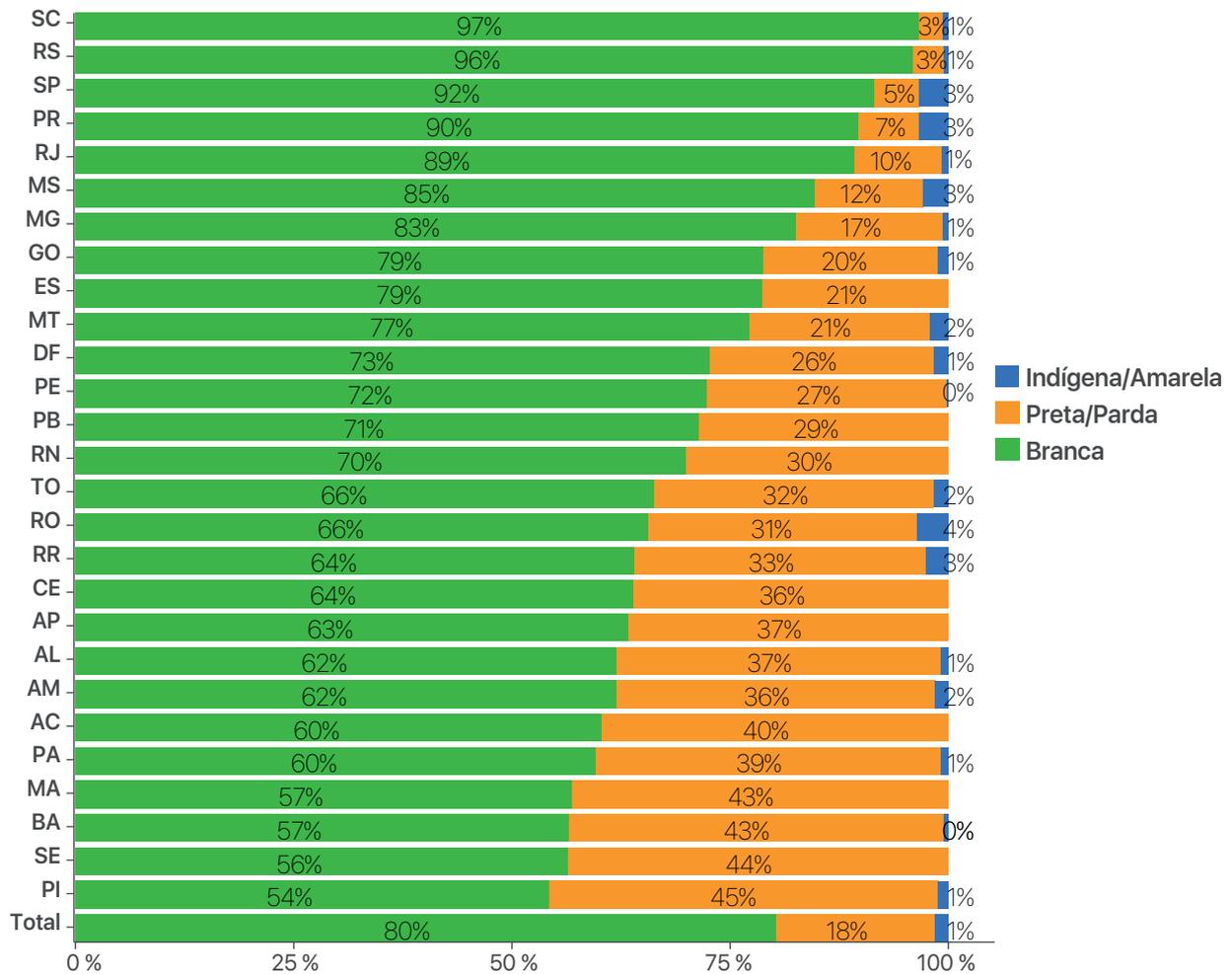
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 10: Cor por sexo e ano de ingresso, em percentual



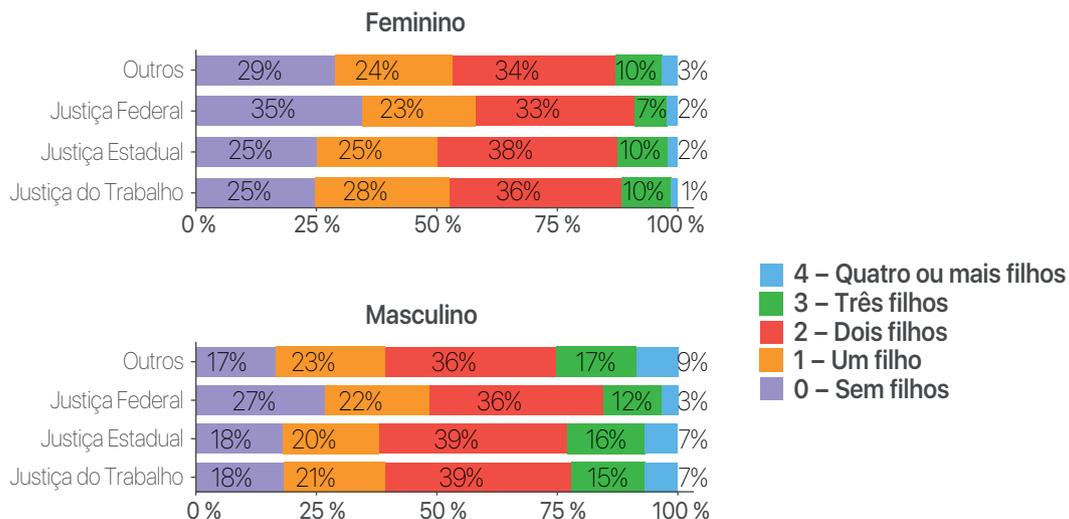
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 11: Cor ou raça de acordo com UF em que atua, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 12: Quantidade de filhos por sexo e ramo de justiça, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

3. Perfil social dos magistrados

Este tópico apresenta a origem social dos magistrados, a partir da escolaridade dos pais. Traz, também, informações sobre a escolaridade do cônjuge, para os magistrados casados ou em união estável, e a proporção de magistrados que têm familiares atuando nas carreiras que exigem formação em direito. Apresenta, ainda, dados sobre a religião declarada dos magistrados.

A maioria dos magistrados brasileiros tem origem nos estratos sociais mais altos, sendo que 51% deles têm o pai com ensino superior completo ou mais, e 42% com a mãe na mesma faixa de escolaridade. Quanto mais recente é o ingresso na carreira, maior é a proporção de magistrados com pais com ensino superior completo ou mais. Dentre os que ingressaram até 1990, 20% têm mãe com ensino superior completo ou mais (Figura 13), e 39% têm pai com esse nível de escolaridade (Figura 14). Já entre os que ingressaram a partir de 2011, 56% têm mãe com ensino superior completo ou mais, e 57% têm pai nessa mesma faixa de escolaridade.

A grande maioria dos magistrados casados têm cônjuge com ensino superior completo ou mais (92% do total), sendo que entre os que ingressaram até 1990 a proporção de cônjuges com esse nível de escolaridade é de 87%, e dentre os que ingressaram a partir de 2011 esse percentual é de 94% (Figura 15).

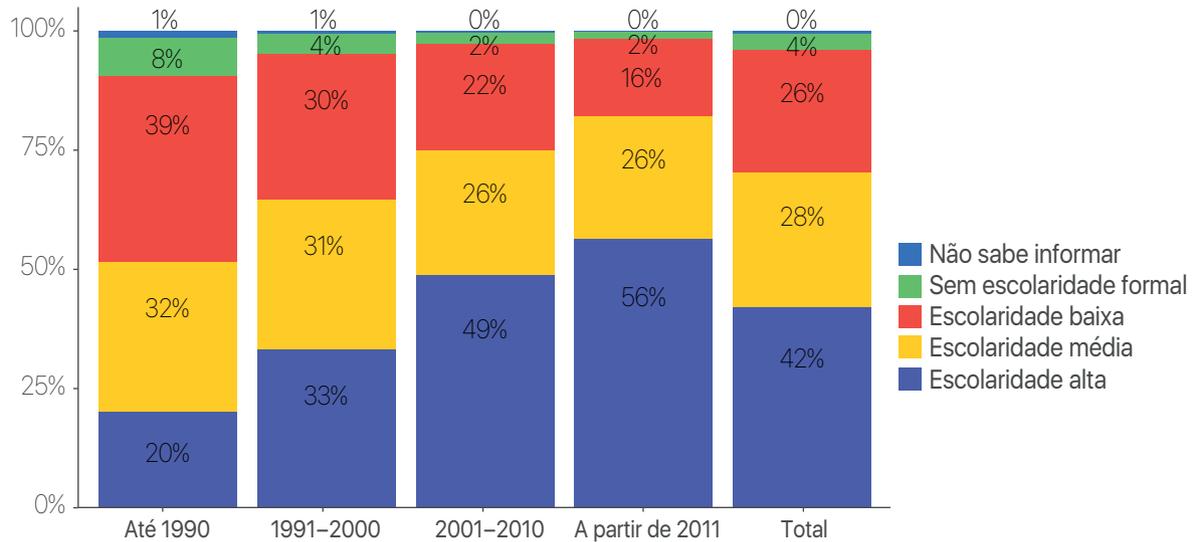
Um quinto dos magistrados têm familiares na carreira. A magistratura se tornou menos endógena com o passar do tempo: 30% dos magistrados que ingressaram até 1990 tinham familiares na magistratura, comparado a 18% dos que ingressaram entre 2001 e 2010, e 13% dos que entraram a partir de 2011 (Figura 16). A Justiça Estadual é a mais endógena (21% têm familiares na magistratura). Na Justiça do Trabalho esse percentual é de 17%, e na Justiça Federal, 15% (Figura 17). Quanto maior a posição na hierarquia da carreira, maior a proporção dos que têm familiares na magistratura: 14% entre os juízes substitutos, 20% entre os juízes titulares e 30% entre os desembargadores (Figura 18).

Entre os que declararam ter familiares na carreira (1.887 magistrados), 33% têm pai ou mãe magistrado; 24%, irmãos; 29%, tios; 10%, cônjuge; 9%, avós e 4%, filhos (Figura 19).

Pouco mais da metade dos magistrados tem familiares em outras carreiras do direito (51%), sendo que quanto mais antigo o ingresso na carreira, maior é esse percentual (Figura 20). A principal carreira é a advocacia privada (79%), seguida do Ministério Público (20%) e da advocacia pública (16%) (Figura 21).

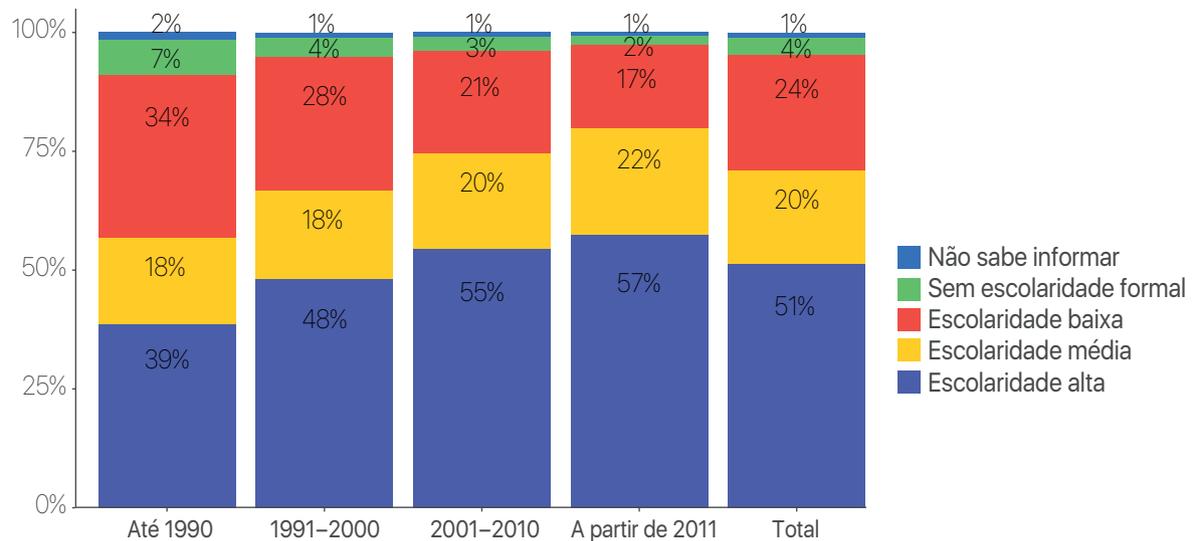
A maior parte dos magistrados (82%) declarou ter religião (Figura 22), sendo o catolicismo a religião mais frequente (57,5%), seguida do espiritismo (12,7%) e das religiões evangélicas tradicionais (6,2%) (Tabela 3).

Figura 13: Escolaridade da mãe de acordo com período de ingresso na magistratura, em percentual



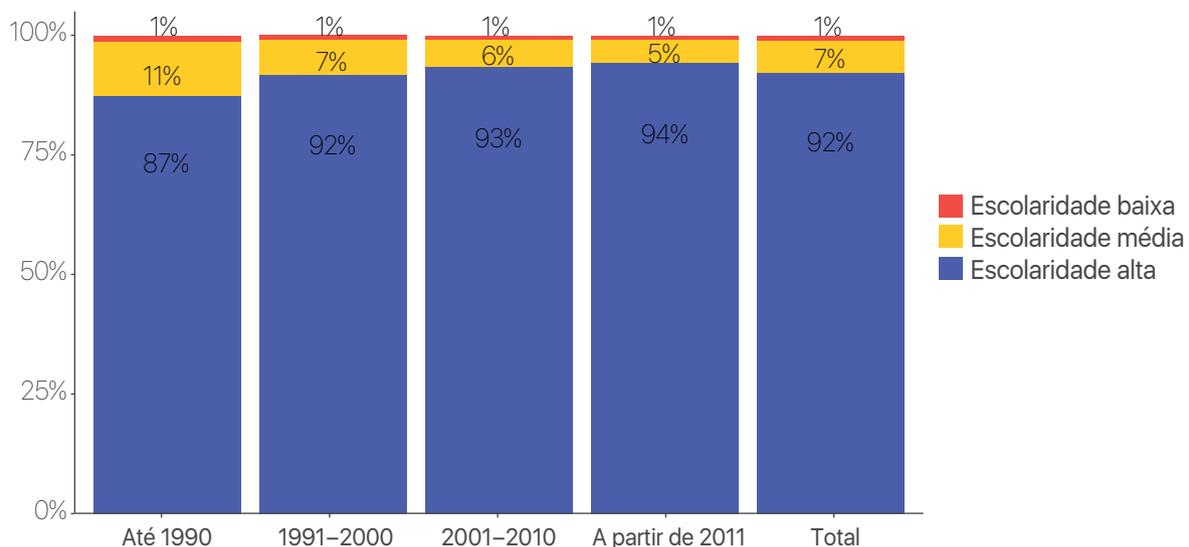
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 14: Escolaridade do pai de acordo com período de ingresso na magistratura, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

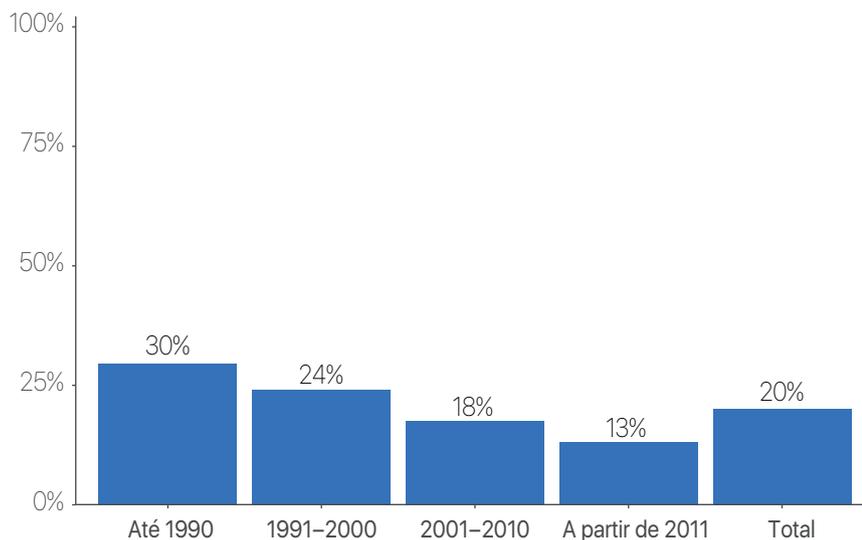
Figura 15: Escolaridade do cônjuge de acordo com período de ingresso na magistratura, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

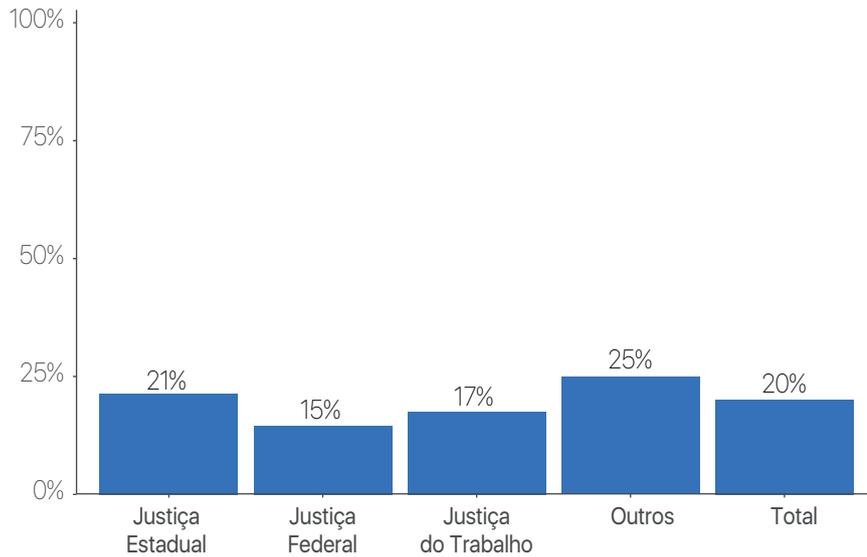
Base: 9.106 magistrados casados ou em união estável

Figura 16: Magistrados com familiares na magistratura, de acordo com período de ingresso na carreira, em percentual



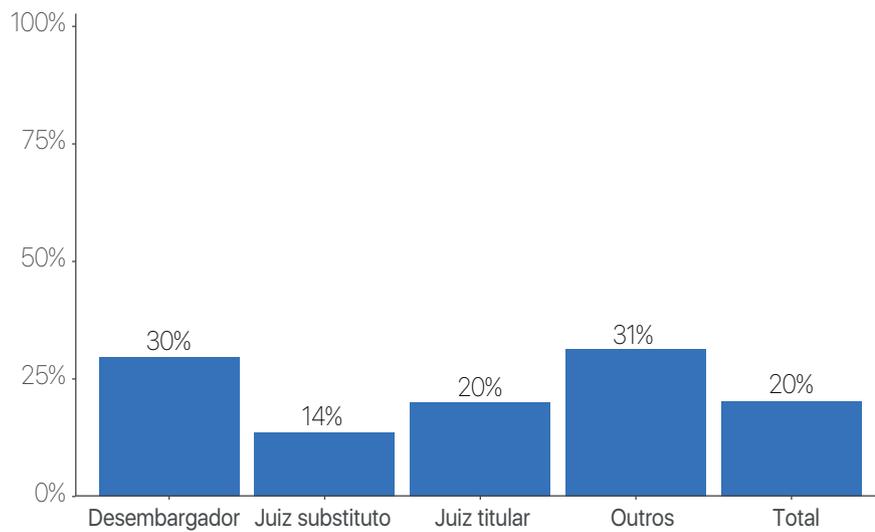
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 17: Magistrados com familiares na magistratura, de acordo com segmento de justiça, em percentual



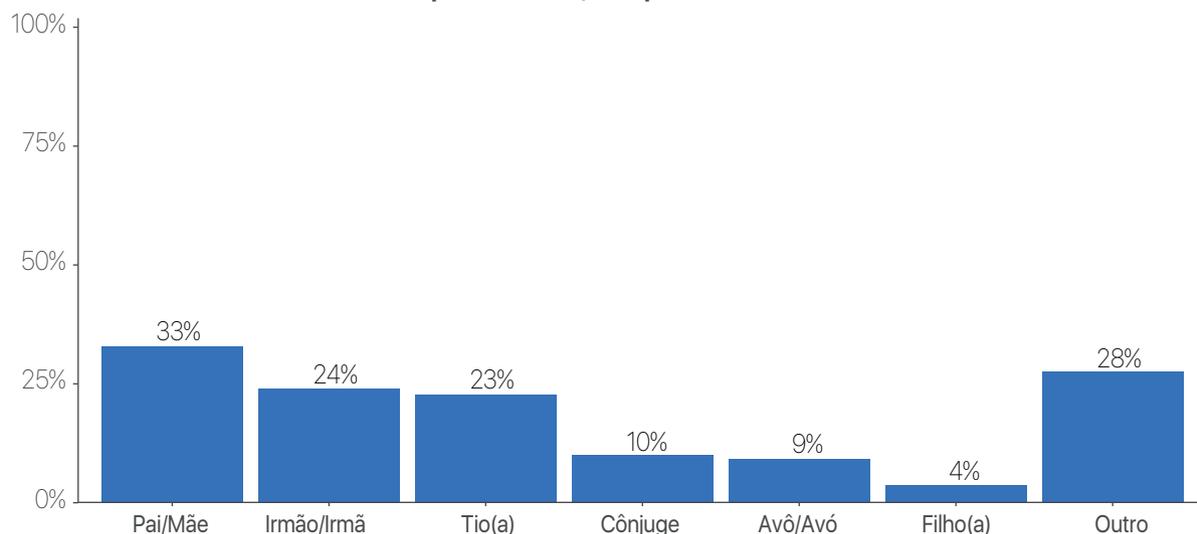
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 18: Magistrados com familiares na magistratura, de acordo com cargo, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

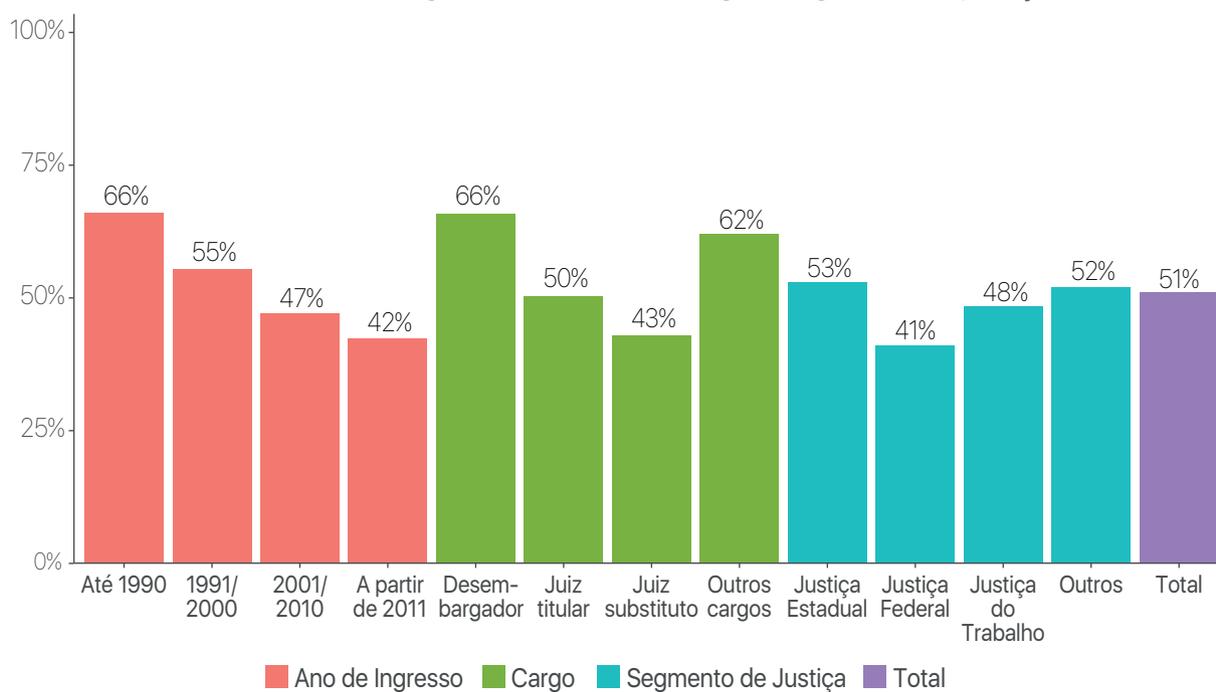
Figura 19: Percentual de magistrados com familiares na magistratura, de acordo com grau de parentesco, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

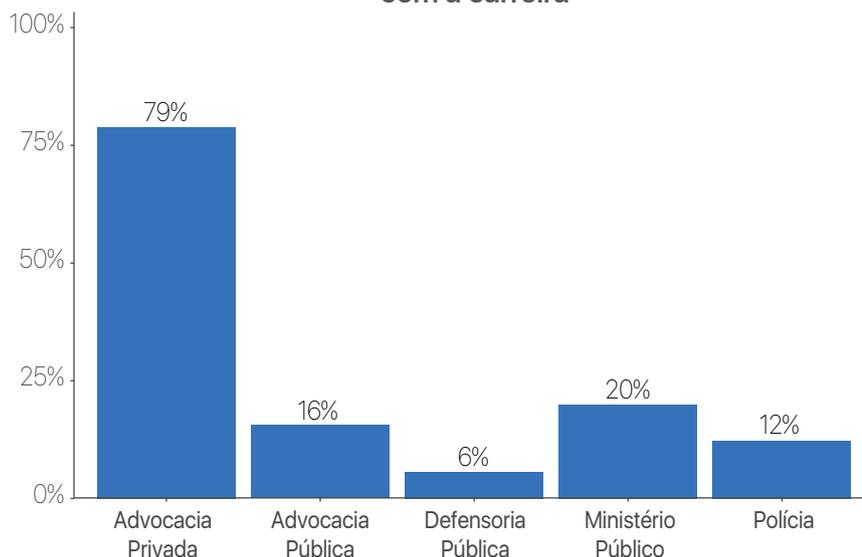
Base: 1.887 magistrados que declararam ter familiares na magistratura

Figura 20: Percentual de magistrados com familiares em outras carreiras do direito, de acordo com período de ingresso na carreira, cargo e segmento de justiça



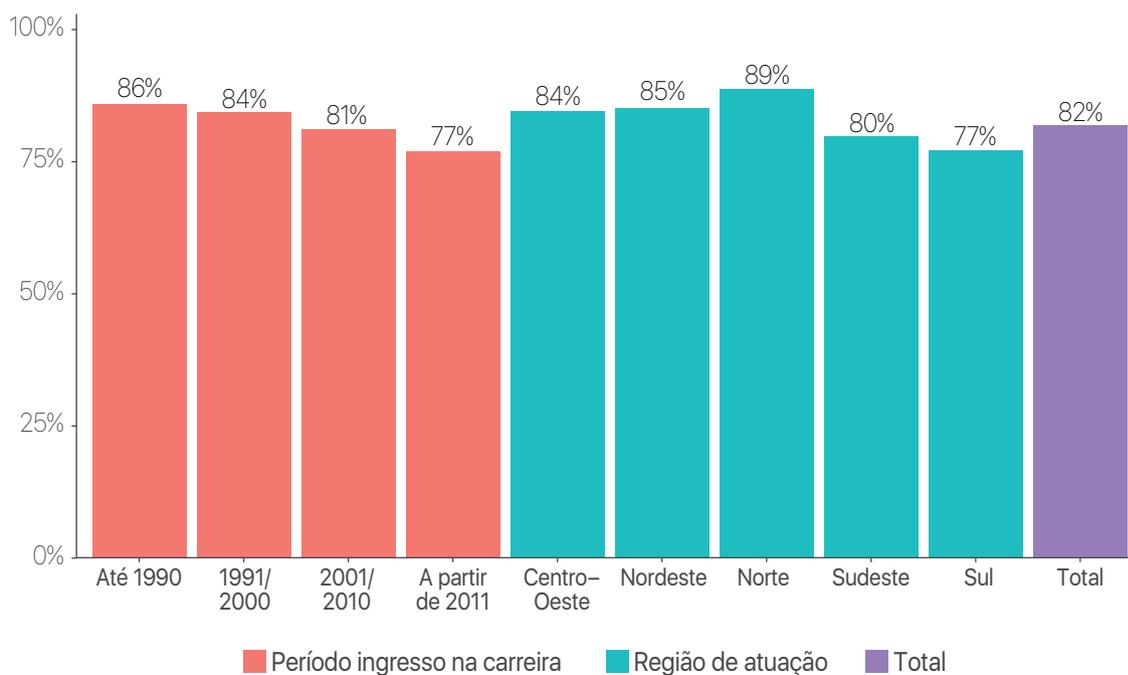
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 21: Percentual de magistrados com familiares em outras carreiras do direito, de acordo com a carreira



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 22: Percentual de magistrados que declarou possuir religião, por período de ingresso na carreira e região de atuação



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Tabela 3: Religião declarada pelos magistrados, de acordo com região de atuação, em percentual

Religião	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Católica	51,8%	64,6%	58,6%	55,6%	55,5%	57,5%
Espírita/Kardecista	17,2%	9,7%	13,3%	13,4%	12,0%	12,7%
Evangélica Tradicional	8,9%	6,4%	8,6%	5,1%	5,6%	6,2%
Evangélica Pentecostal	4,4%	2,1%	4,9%	2,2%	1,5%	2,5%
Matriz africana (Candomblé, Umbanda)	0,2%	0,6%	0,3%	0,9%	0,6%	0,6%
Judaica	0,3%	0,2%	0,2%	0,5%	0,3%	0,4%
Outra	1,6%	1,7%	2,7%	2,2%	1,7%	1,9%
Sem religião	15,5%	14,8%	11,3%	20,2%	22,8%	18,2%

Fonte: DPJ/CNJ 2018

4. Perfil de formação dos magistrados

Este tópico reúne informações sobre o perfil educacional e de formação dos magistrados, incluindo: ano de conclusão do curso de graduação em Direito¹; natureza administrativa da instituição em que concluiu o bacharelado (pública ou privada); graduação em outras áreas do conhecimento; pós-graduação e capacitação.

Entre os magistrados em atividade, 31% obtiveram o título de bacharel em Direito até 1990 (sendo 24% das mulheres e 35% dos homens); 37% entre 1991-2000; 31% entre 2001-2010 e 2% a partir de 2011 (Figura 23).

Pouco mais da metade dos magistrados obteve o título de bacharel em Direito em instituições de ensino privadas (51%), não havendo diferença entre homens e mulheres. Os magistrados da Justiça Federal graduaram-se majoritariamente em instituições públicas (63%). Há uma proporção maior de graduados em instituições públicas entre os magistrados que ingressaram na carreira até 1990 (53%), assim como entre os ingressantes entre 1991 e 2000 (52%) (Figura 24).

Pouco mais de um décimo dos magistrados possui curso de graduação em outras áreas além do Direito (10,8%), sendo a área mais frequente a administração (18% dos que possuem outra graduação); seguida de economia (13%); e das ciências sociais (7%). A maioria declarou possuir outra graduação em áreas não previamente especificadas, incluindo educação física; biologia; química; teologia; filosofia; letras; etc. (Tabela 4).

Quase 70% dos magistrados realizaram algum curso de pós-graduação. A proporção de homens com pós-graduação é um pouco maior do que a de mulheres; e é maior, também, entre aqueles que ingressaram na carreira a partir de 2001: 70% entre os ingressantes entre 2001-2010 e 80% entre os que entraram a partir de 2011 (Figura 25).

A Figura 26 apresenta o tipo de pós-graduação: 5% dos magistrados brasileiros têm o título de doutor; 16% de mestre; 54% cursaram alguma especialização ou pós-graduação lato sensu, com no mínimo 360 horas; e 9% realizaram algum curso de pós-graduação com carga horária inferior a 360 horas². O segmento de justiça com a maior proporção de mestres e doutores é a Justiça Federal: 14% dos magis-

¹ A Justiça Militar possui cargos providos por concursos de provas e títulos que exigem o título de bacharel em Direito, e cargos ocupados por oficiais, integrantes das respectivas carreiras militares. Nesse último caso, essa informação não se aplica.

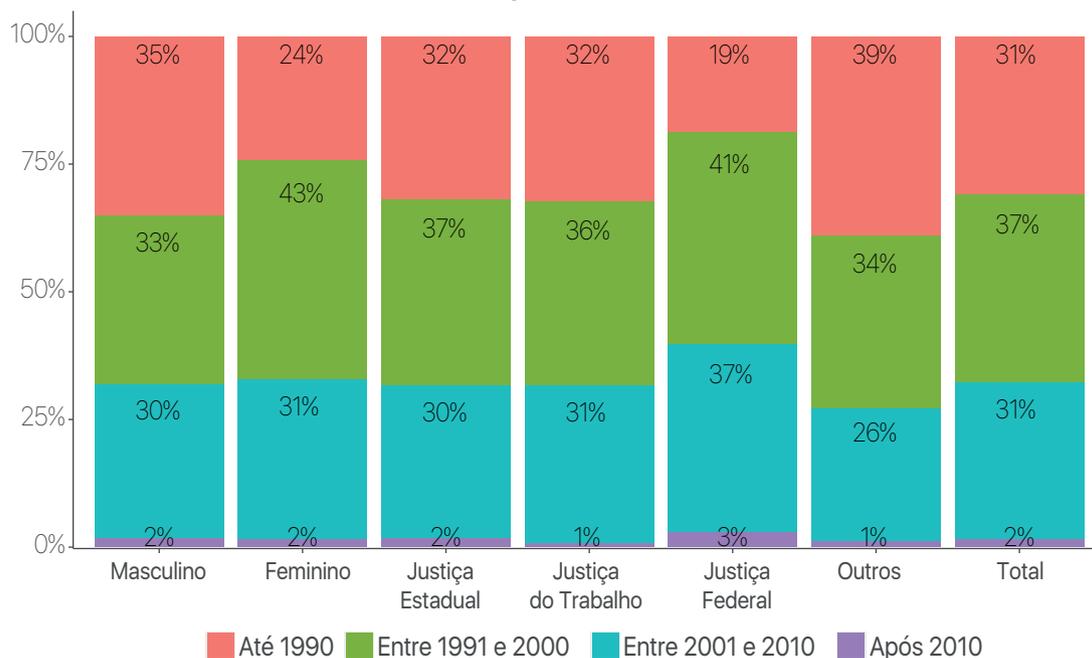
² Um mesmo magistrado pode fazer mais de uma pós-graduação e, por isso, a soma dos percentuais supera 100%.

trados federais têm título de doutor, e 41% o título de mestre. A Justiça Estadual tem o maior contingente de magistrados com cursos de especialização (360 horas ou mais): 80%.

A proporção de magistrados que completou algum curso de formação ou capacitação no período de 12 meses anteriores a data da pesquisa é de 43% (Figura 27). A Justiça do Trabalho é a que apresenta maior proporção de magistrados com capacitação recente: 54%, seguida da Justiça Federal (44%) e da Estadual (40%). Em termos regionais, os magistrados que atuam no Norte são os que mais realizaram capacitação: 53%; seguidos dos magistrados no Nordeste (49%); Centro-Oeste (47%); Sul (41%); e Sudeste (36%).

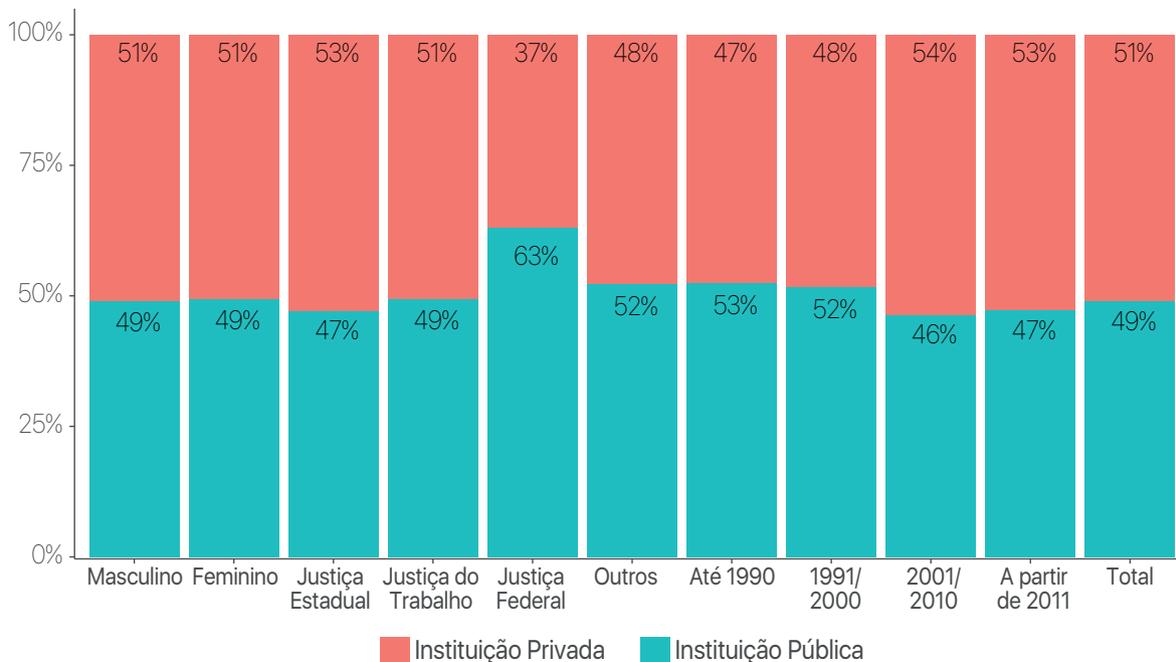
Em 19% dos casos a capacitação foi realizada na área de mediação ou conciliação; em 14% na área de Infância e Juventude; em 11% na área de violência doméstica contra a mulher e em 8% na área de justiça restaurativa. Grande parte dos magistrados (73%) realizou cursos de capacitação em outras áreas além dessas previamente definidas, como por exemplo em gestão ou especialização em Direito Civil, incluindo atualização do novo CPC e atualização no Direito do Trabalho (Tabela 4).

Figura 23: Período de conclusão do ensino superior, de acordo com sexo e segmento de justiça, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 24: Natureza administrativa da instituição de formação, de acordo com sexo, período de ingresso na carreira e segmento de justiça, em percentual



Fonte: DPJ/CNJ 2018

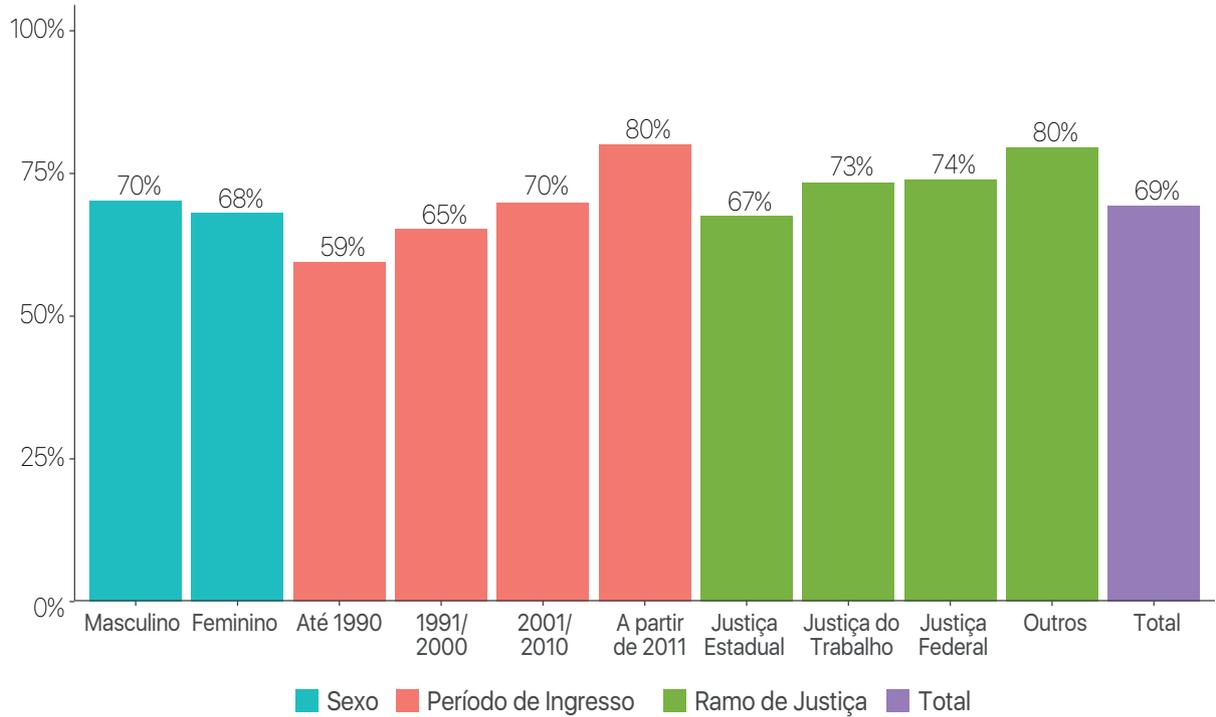
Tabela 4: Área em que possui graduação (além do Direito)

Outras áreas	Quantidade	Percentual
Administração/Gestão Pública/ Gestão Empresarial	223	18,2%
Economia/ Contabilidade/ Ciências Contábeis/ Ciências Atuariais	163	13,3%
Ciências Sociais/ Sociologia/ Antropologia/ Ciência Política	81	6,6%
Análise de sistemas/ Informática/Ciência da Computação/ Engenharia da computação	58	4,7%
Pedagogia	48	3,9%
Estatística/Matemática	29	2,4%
Psicologia	25	2%
Serviço Social	7	0,6%
Outras	640	52,2%

Fonte: DPJ/CNJ 2018

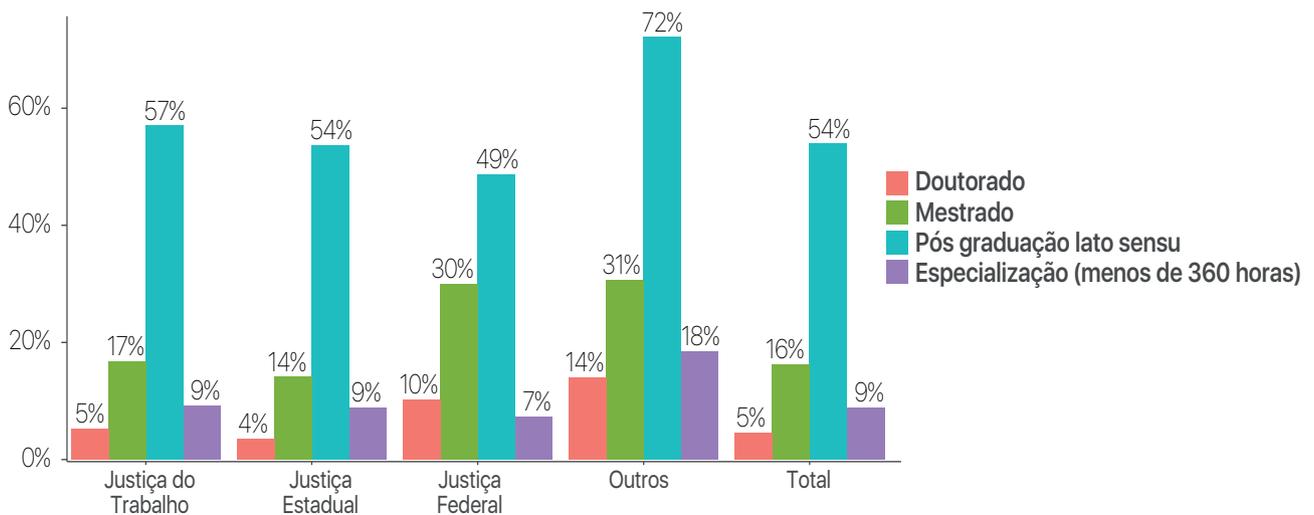
Base: 1.225 magistrados que declararam possuir outra graduação além do Direito

Figura 25: Percentual de magistrados que completou pós-graduação, de acordo com sexo, período de ingresso na carreira e segmento de justiça



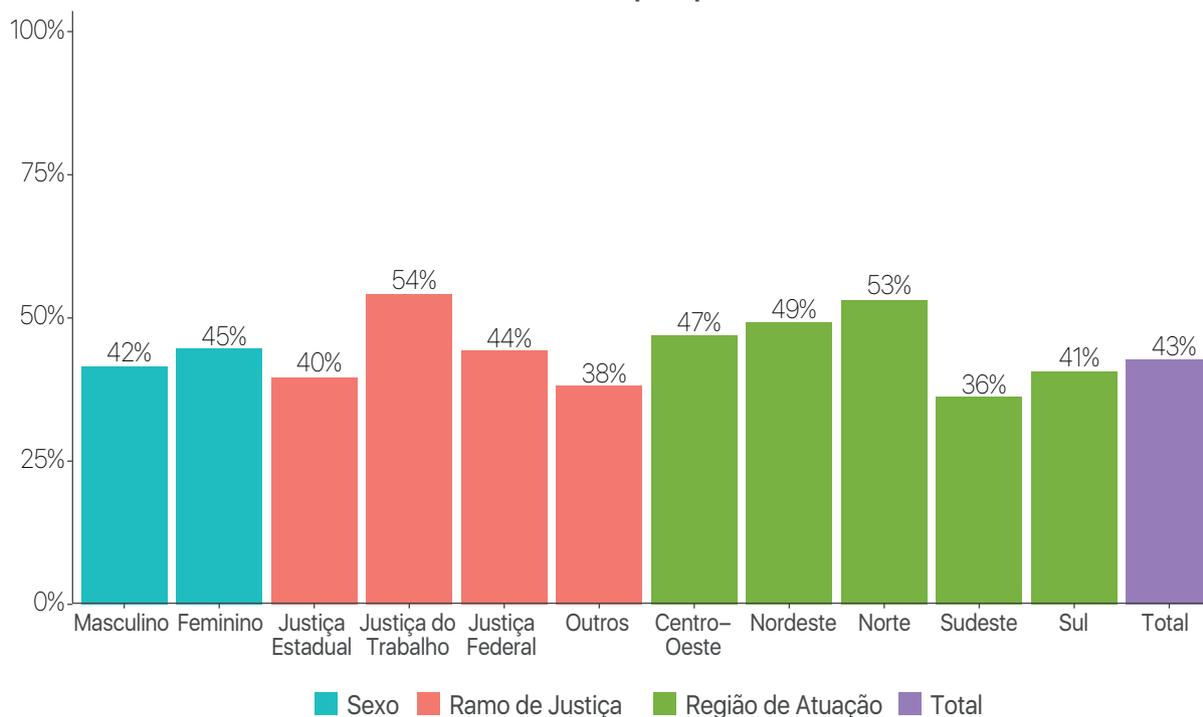
Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 26: Percentual de magistrados que completou pós-graduação, de acordo com tipo de pós-graduação



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 27: Percentual de magistrados que completou curso de capacitação nos 12 meses anteriores à pesquisa



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Tabela 5: Magistrados que completaram capacitação nos últimos 12 meses, por área

Áreas de capacitação	Quantidade	Percentual
Mediação/Conciliação	926	19,1%
Infância e/ou Juventude e/ou Crimes contra a Criança e Adolescente	669	13,8%
Violência Doméstica Contra a Mulher	526	10,9%
Justiça Restaurativa	373	7,7%
Outra	3.545	73,2%

Fonte: DPJ/CNJ 2018.³

Base: 4.841 magistrados que declararam ter concluído capacitação nos 12 meses anteriores a realização da pesquisa

³ Um mesmo magistrado pode concluir mais de um curso de capacitação e, por isso, a soma dos percentuais supera 100%.

5. Trajetória profissional

Este tópico apresenta informações sobre a trajetória de carreira dos magistrados, incluindo dados sobre: realização de curso de formação quando do ingresso na carreira de magistrado; percentual de magistrados que ingressaram por cotas (para pessoa com deficiência ou para negros); ocupação de cargo público antes do ingresso na magistratura; posição atual na carreira; exercício de docência e associação a entidades representativas de magistrados.

A maioria dos magistrados em atividade (70%) declarou ter realizado curso de formação inicial, logo após a posse no cargo. Quanto mais recente o ingresso na carreira, maior é a proporção de magistrados que realizaram essa formação: 40% daqueles que ingressaram até 1990; e 91% dos que ingressaram a partir de 2011 (Figura 28).

Ainda são poucos os magistrados que ingressaram na carreira via cotas, sejam elas destinadas às pessoas com deficiência ou aos negros. A reserva de vagas para candidatos negros foi regulamentada pela Resolução CNJ 203/2015; e a reserva de vagas para candidatos com deficiência, pela Resolução CNJ 208/2015. Menos de 1% dos magistrados em atividade declarou ter ingressado na magistratura por meio de reserva de vagas: 54 magistrados, sendo 30 em vagas destinadas às pessoas com deficiência e 24 às pessoas negras.

A maior parte dos magistrados (67%) declarou ter ocupado algum cargo público antes do ingresso na magistratura. Quanto mais recente o ingresso na carreira, maior a proporção dos que foram servidores públicos: 58% dos que entraram na carreira até 1990 tinham ocupado algum cargo público antes, comparados a 74% daqueles que ingressaram na magistratura a partir de 2011 (Figura 29). Quase metade dos magistrados que eram servidores públicos ocuparam outro cargo no Poder Judiciário antes da magistratura (48%); 25% ocuparam postos no Poder Executivo; 13% no Ministério Público e 6% na Defensoria Pública (Figura 30).

Entre os respondentes, 18% são juízes substitutos; 69% juízes titulares e 11% desembargadores, sendo que 2% ocupam outra posição, incluindo Ministros, Conselheiros ou Juízes Auxiliares (Figura 31); 19% dos magistrados acumulam atribuições na Justiça Eleitoral e 15% já foram convocados para atuar fora da jurisdição em algum Tribunal ou Conselho.

A Figura 32 mostra o percentual de magistrados que exercem atividade docente: 12,4% do total. Entre os homens esse percentual é maior: 16% comparado a 6% das mulheres. Na Justiça Federal, 19% dos magistrados declararam atuar também como docentes.

Grande parte dos magistrados que exercem atividade docente dão aulas em instituições privadas (41%); 34% dão aulas em escolas da magistratura; 14% em faculdades de direito públicas e 11% em outras instituições (Figura 33). Por fim, 92% dos magistrados declararam estar associado a alguma entidade representativa de magistrados (Figura 34).

Figura 28: Percentual de magistrados que realizou o curso de formação no ingresso na carreira, de acordo com sexo, período de ingresso e segmento de justiça

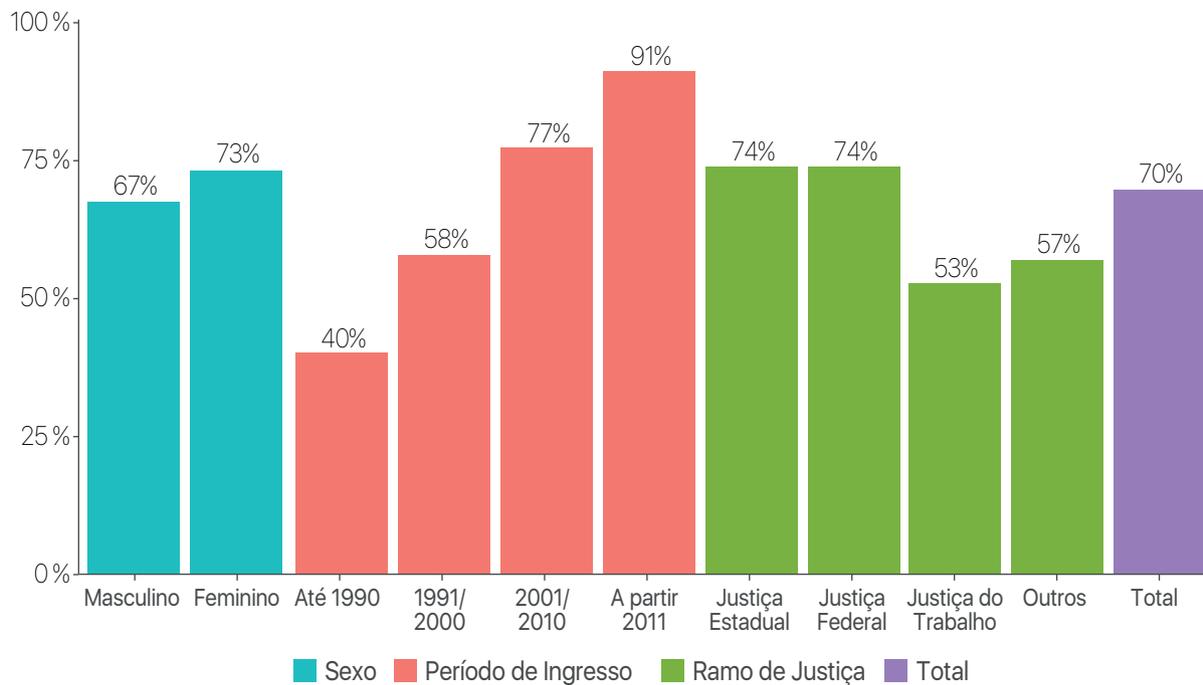


Figura 29: Percentual de magistrados que declarou ter ocupado cargo público antes do ingresso na magistratura, de acordo com sexo e período de ingresso

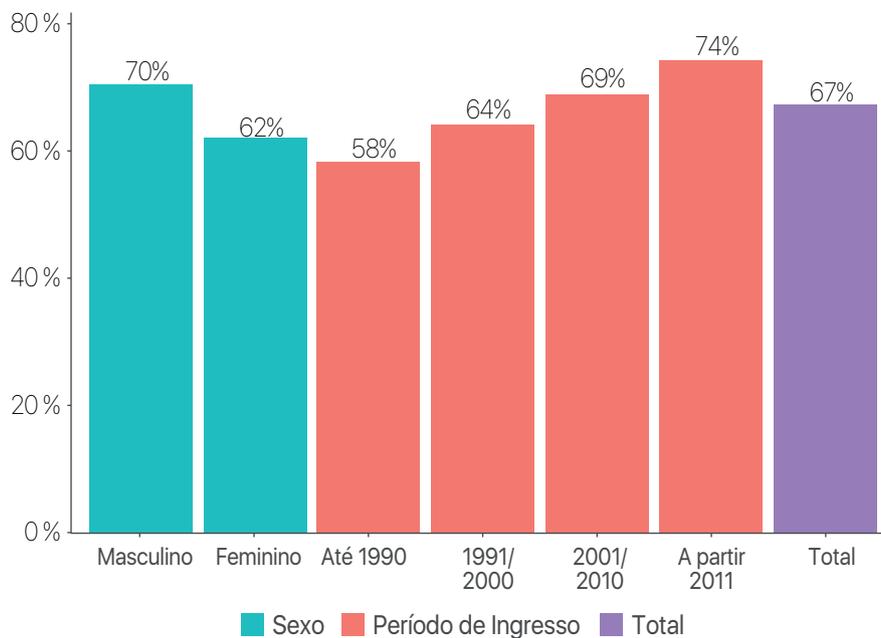
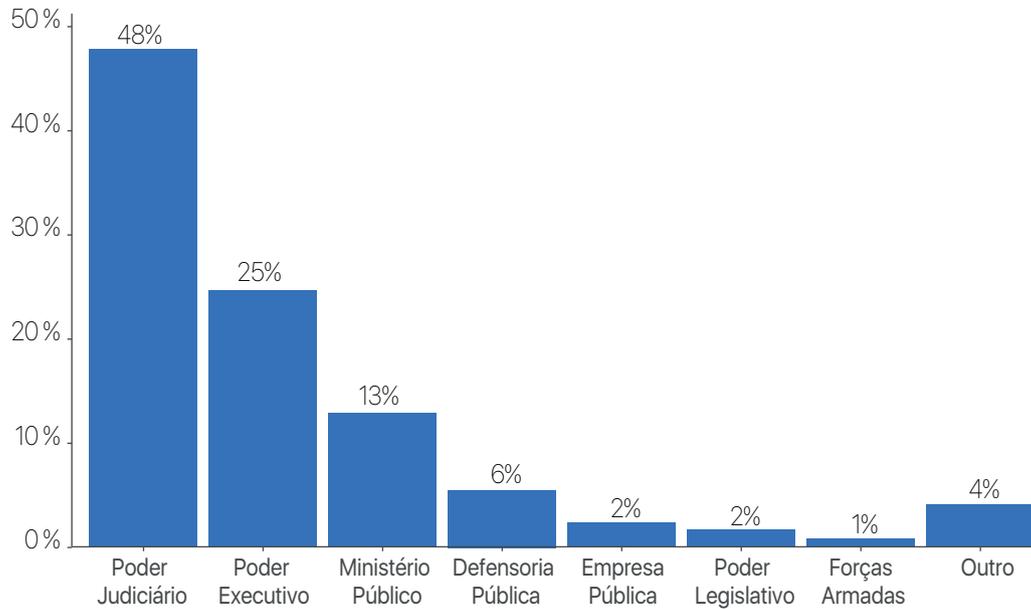


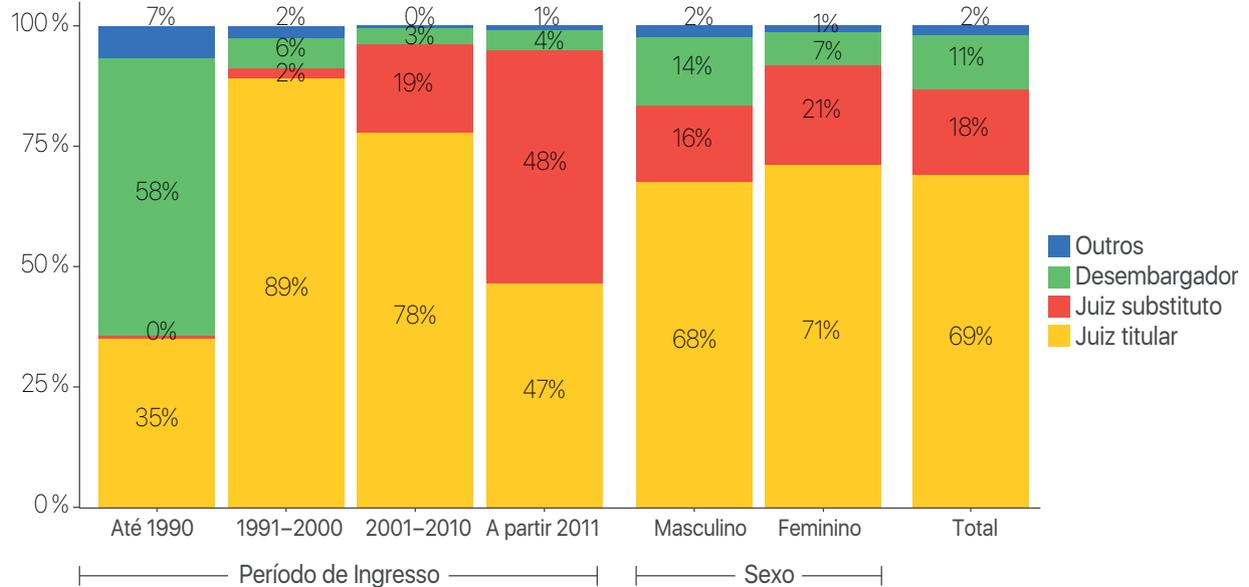
Figura 30: Percentual de magistrados que declarou ter ocupado cargo público antes do ingresso na magistratura, de acordo com cargo ocupado



Fonte: DPJ/CNJ 2018

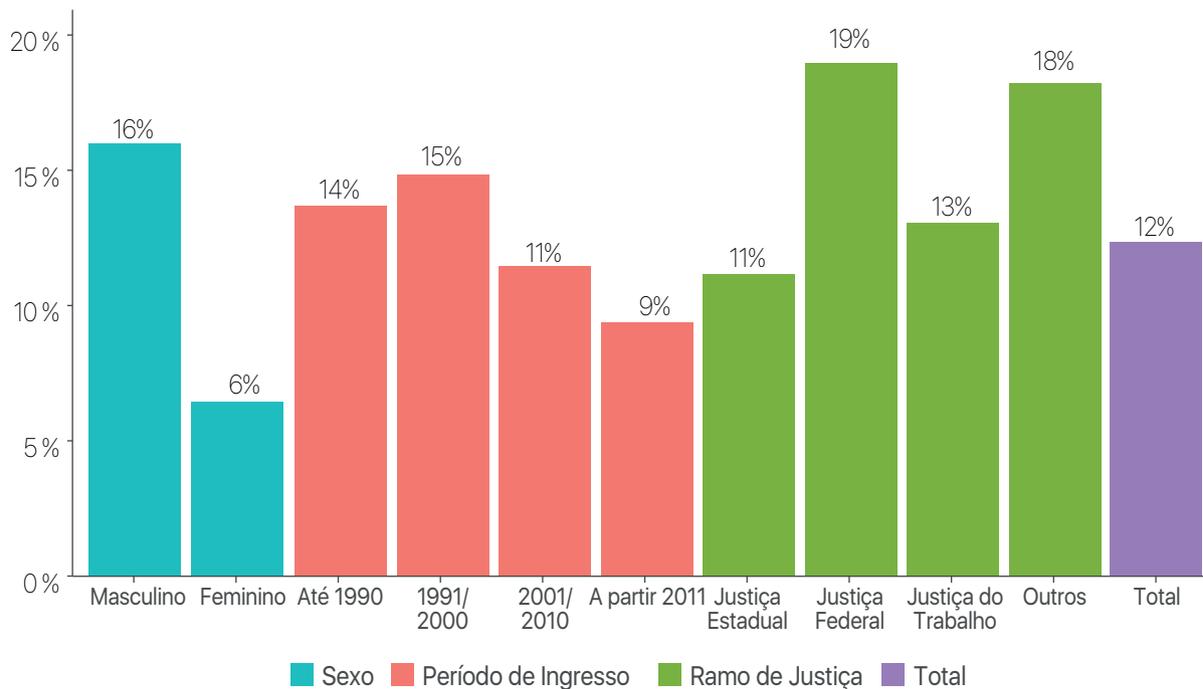
Base: 7.626 magistrados que declararam ter ocupado outro cargo público antes do ingresso na carreira

Figura 31: Distribuição dos magistrados de acordo com a posição na carreira, por sexo e período de ingresso na magistratura



Fonte: DPJ/CNJ 2018

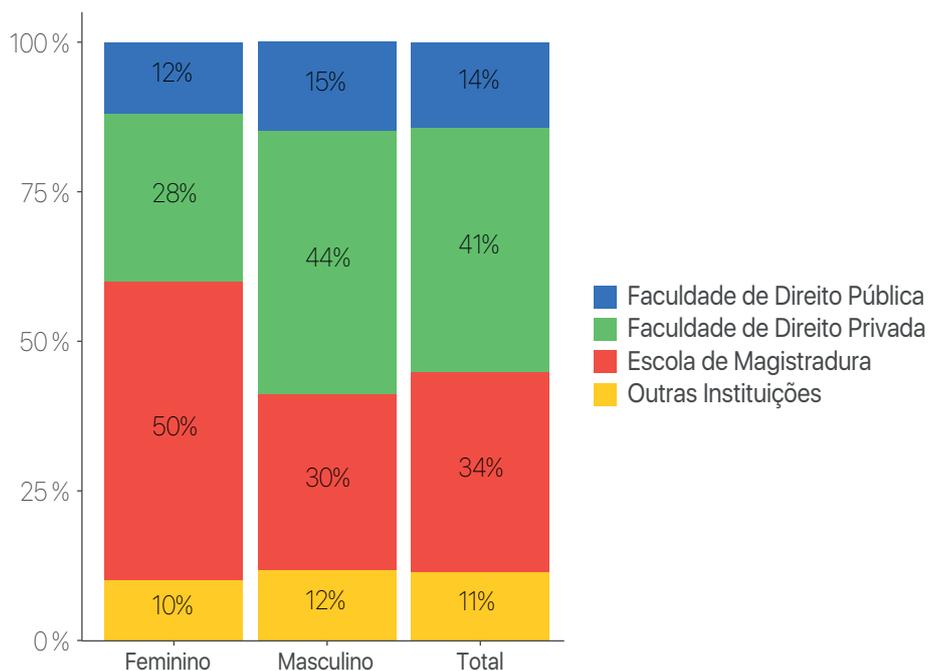
Figura 32: Percentual de magistrados que exerce atividade docente, por sexo, segmento de justiça e período de ingresso na magistratura



Fonte: DPJ/CNJ 2018

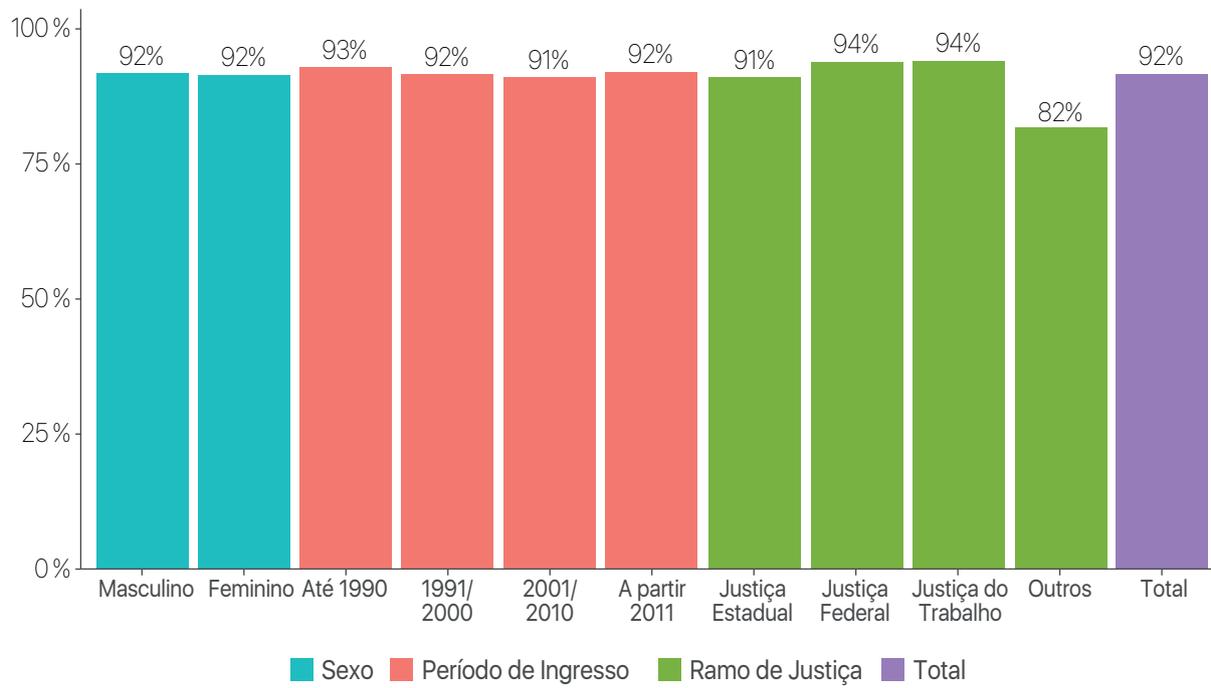
Base: 1402 magistrados que declararam exercer docência

Figura 33: Percentual de magistrados que exerce atividade docente, por sexo e tipo de instituição



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Figura 34: Percentual de magistrados que está associado a entidade representativa de magistrados, por sexo, segmento de justiça e período de ingresso na magistratura



Fonte: DPJ/CNJ 2018

Anexo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual de participação por segmento de justiça	6
Tabela 2: Percentual de participação por tribunal	6
Tabela 3: Religião declarada pelos magistrados, de acordo com região de atuação, em percentual	21
Tabela 4: Área em que possui graduação (além do Direito)	23
Tabela 5: Magistrados que completaram capacitação nos últimos 12 meses, por área	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa com o percentual de respondentes, segundo a UF de lotação	6
Figura 2: Percentual de homens e mulheres, de acordo com ano de ingresso na magistratura	9
Figura 3: Percentual de mulheres na magistratura, de acordo com período de ingresso na carreira e segmento de justiça	9
Figura 4: Sexo de acordo com posição na carreira, em percentual	10
Figura 5: Faixa etária dos magistrados, por ramo de justiça, em percentual	10
Figura 6: Distribuição dos magistrados de acordo com a UF de nascimento, em percentual	11
Figura 7: Estado civil de acordo com sexo, em percentual	11
Figura 8: Distribuição dos Magistrados, segundo sexo e faixa etária, em percentual	12
Figura 9: Distribuição dos magistrados por cor ou raça, de acordo com sexo e segmento de justiça, em percentual	12
Figura 10: Cor por sexo e ano de ingresso, em percentual	13
Figura 11: Cor ou raça de acordo com UF em que atua, em percentual	14
Figura 12: Quantidade de filhos por sexo e ramo de justiça, em percentual	14
Figura 13: Escolaridade da mãe de acordo com período de ingresso na magistratura, em percentual	16
Figura 14: Escolaridade do pai de acordo com período de ingresso na magistratura, em percentual	16
Figura 15: Escolaridade do cônjuge de acordo com período de ingresso na magistratura, em percentual	17
Figura 16: Magistrados com familiares na magistratura, de acordo com período de ingresso na carreira, em percentual	17
Figura 17: Magistrados com familiares na magistratura, de acordo com segmento de justiça, em percentual	18
Figura 18: Magistrados com familiares na magistratura, de acordo com cargo, em percentual	18
Figura 19: Percentual de magistrados com familiares na magistratura, de acordo com grau de parentesco, em percentual	19
Figura 20: Percentual de magistrados com familiares em outras carreiras do direito, de acordo com período de ingresso na carreira, cargo e segmento de justiça	19
Figura 21: Percentual de magistrados com familiares em outras carreiras do direito, de acordo com carreira	20
Figura 22: Percentual de magistrados que declarou possuir religião, por período de ingresso na carreira e região de atuação	20
Figura 23: Período de conclusão do ensino superior, de acordo com sexo e segmento da justiça, em percentual	22

Figura 24: Natureza administrativa da instituição de formação, de acordo com sexo, período de ingresso na carreira e segmento da justiça, em percentual	23
Figura 25: Percentual de magistrados que completou pós-graduação, de acordo com sexo, período de ingresso na carreira e segmento da justiça	24
Figura 26: Percentual de magistrados que completou pós-graduação, de acordo com tipo de pós-graduação	24
Figura 27: Percentual de magistrados que completou curso de capacitação nos 12 meses anteriores à pesquisa	25
Figura 28: Percentual de magistrados que realizou o curso de formação no ingresso na carreira, de acordo com sexo, período de ingresso e segmento de justiça	27
Figura 29: Percentual de magistrados que declarou ter ocupado cargo público antes do ingresso na magistratura, de acordo com sexo e período de ingresso	27
Figura 30: Percentual de magistrados que declarou ter ocupado cargo público antes do ingresso na magistratura, de acordo com cargo ocupado	28
Figura 31: Distribuição dos magistrados de acordo com a posição na carreira, por sexo e período de ingresso na magistratura	28
Figura 32: Percentual de magistrados que exerce atividade docente, por sexo, segmento da justiça e período de ingresso na magistratura	29
Figura 33: Percentual de magistrados que exerce atividade docente, por sexo, segmento da justiça e período de ingresso na magistratura	29
Figura 34: Percentual de magistrados que está associado a entidade representativa de magistrados, por sexo, segmento da justiça e período de ingresso na magistratura	30



www.cnj.jus.br